

Editora Scipione S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2012



EDITORA SCIPIONE S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
em 31 de Dezembro de 2012**

ÍNDICE

	Página
Balanços patrimoniais	1 - 2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	6-38
Conselho de Administração e Diretoria	39
Relatório dos Auditores Independentes	40-41



BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	41.805	10.554
Contas a receber de clientes (nota 8)	71.978	59.140
Estoques (nota 9)	45.280	57.893
Impostos a recuperar (nota 10)	3.037	11.526
Adiantamentos e despesas antecipadas (nota 11)	1.675	1.231
	<u>163.775</u>	<u>140.344</u>
NÃO CIRCULANTE		
Impostos a recuperar (nota 10)	2.723	2.706
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18)	2.130	2.054
Depósitos judiciais (nota 17)	2.337	2.448
Adiantamentos e despesas antecipadas (nota 11)	135	356
Intangível (nota 12)	4.974	5.181
Imobilizado (nota 13)	3.352	5.047
	<u>15.651</u>	<u>17.792</u>
Total do ativo	<u><u>179.426</u></u>	<u><u>158.136</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro
(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
CIRCULANTE		(Não auditado)
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	36.669	29.824
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	8.707	5.293
Impostos e contribuições a pagar (nota 16)	2.767	3.377
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	535
Dividendos a pagar (nota 28)	5.903	5.597
Juros sobre capital próprio a pagar (nota 28)	-	3.356
	<u>54.046</u>	<u>47.982</u>
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e outros créditos de partes relacionadas (nota 28)	-	938
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	18.808	18.805
Impostos e contribuições a pagar (nota 16)	2.174	4.468
Provisão para contingências (nota 17)	1.435	1.905
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18)	29	55
	<u>22.446</u>	<u>26.171</u>
Total do passivo	<u>22.446</u>	<u>26.171</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 20)	45.926	45.926
Reserva de capital (nota 21)	698	698
Reservas de lucros (nota 21)	56.310	37.359
	<u>102.934</u>	<u>83.983</u>
Total do patrimônio líquido	<u>102.934</u>	<u>83.983</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>179.426</u>	<u>158.136</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Receita líquida (nota 22)	187.042	188.949
Custos dos produtos e serviços (nota 23)	(77.564)	(80.944)
Lucro bruto	109.478	108.005
Despesas com vendas (nota 23)	(48.808)	(50.427)
Despesas gerais e administrativas (nota 23)	(22.742)	(16.194)
Outras receitas (despesas), líquidas (nota 24)	(237)	1.998
Lucro operacional	37.691	43.382
Receitas financeiras (nota 25)	3.118	3.498
Despesas financeiras (nota 25)	(3.323)	(7.302)
Variação cambial líquida (nota 25)	(99)	(352)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37.387	39.226
Imposto de renda e contribuição social (nota 26)	(12.533)	(11.505)
Lucro líquido do exercício	24.854	27.721
Atribuído à		
Acionistas da Companhia	<u>24.854</u>	<u>27.721</u>
Lucro por ação do capital social (em R\$)	<u>5,41128</u>	<u>6,03549</u>

Não foram apurados outros resultados abrangentes. Por este motivo, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Reservas de lucros Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Não auditado)	45.926	698	1.297	17.886	-	-	65.808
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.721	27.721
Destinação do resultado							
- Constituição reserva legal	-	-	1.386	-	-	(1.386)	-
- Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(3.949)	(3.949)
- Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	(5.597)	(5.597)
- Retenção de lucros	-	-	-	16.790	-	(16.790)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Não auditado)	45.926	698	2.683	34.676	-	-	83.983
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	24.854	24.854
Destinação do resultado							
- Constituição reserva legal	-	-	1.243	-	-	(1.243)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	(5.903)	(5.903)
- Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	11.083	(11.083)	-
- Retenção de lucros	-	-	-	6.625	-	(6.625)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	45.926	698	3.926	41.301	11.083	-	102.934

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa gerado nas operações (nota 27)	43.909	48.620
Juros pagos	(2.380)	(5.155)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(2.949)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>41.529</u>	<u>40.516</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de:		
Imobilizado	(284)	(2.440)
Intangível	(811)	(873)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(1.095)</u>	<u>(3.313)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de empréstimos e financiamentos	8.171	3.468
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(4.942)	(19.179)
Pagamentos de PAES e impostos parcelados	(2.537)	(1.390)
Mútuos recebidos de partes relacionadas	300	24.924
Mútuos pagos a partes relacionadas	(1.222)	(39.330)
Dividendos pagos	(5.597)	(1.860)
Juros sobre capital próprio pagos	(3.356)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>(9.183)</u>	<u>(33.367)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>31.251</u>	<u>3.836</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.554	6.718
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>41.805</u>	<u>10.554</u>
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>31.251</u>	<u>3.836</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Editora Scipione S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, tendo como acionista controlador a Abril Educação S.A.. A Editora Scipione S.A. tem como atividade preponderante a edição, publicação, divulgação e comercialização, no atacado ou varejo, de livros e publicações de qualquer natureza, voltados, principalmente, para a educação.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de abril de 2013 e re-ratificada em 20 de dezembro de 2013.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos mantidos para venda mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC vigendo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

**(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros**2.4.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis, não existindo, nas presentes demonstrações financeiras, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para a venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.



2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício social sendo reportado se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado do exercício em que as condições se alteraram.



2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se substancialmente à comercialização no atacado e no varejo de livros voltados para a educação. Em geral a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando um crédito encontra-se vencido há mais de 90 dias. A Companhia também leva em consideração a análise de perdas históricas e o acompanhamento da situação individual de seus clientes.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, considerando o custo e o valor líquido de realização, dos dois o menor, quando aplicável, e identificado como provisão para redução ao valor de mercado, e reduzido por provisão para obsolescência.

A administração da Companhia avalia e efetua provisão para perdas para produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação. Tal provisão é constituída com base em percentual que varia de acordo como tempo de permanência dos itens nos estoques, até o limite máximo de três anos. A Administração avalia, também, a necessidade dos estoques serem destruídos.

2.7 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante.

2.8 Intangível

Sistemas de computação (software)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil econômica estimada do ativo.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa do resultado exercício em que são incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- . A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- . O software pode ser vendido ou usado;
- . Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;



- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- . O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

2.9 Imobilizado

Edifícios referem-se a ativos fixos mantidos pela Companhia para alocação de suas atividades.

Máquinas e equipamentos industriais são aqueles mantidos pela Companhia para produção de livros. Os equipamentos de informática referem-se aos computadores e servidores mantidos para gerenciamento das informações e banco de dados das unidades operacionais.

O Imobilizado é avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota 13.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, conseqüentemente, foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.



2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subseqüentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11 Fornecedores e demais contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.



2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A provisão para contingências, assim como os depósitos judiciais, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

2.14 Direitos autorais

Os direitos autorais a pagar e as antecipações são reconhecidos a débito do resultado no exercício com base nas receitas de vendas dos livros de acordo com o período de competência, e correspondem à remuneração paga aos autores das obras.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas.



Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.16 Benefícios a funcionários

(i) Obrigações de pensão

O plano de pensão da Companhia é classificado como contribuição definida, sendo que são pagas contribuições aos planos de pensão administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Privada (“AbrilPrev”) em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia oferece aos funcionários participação nos resultados, por meio do Superação, programa de participação nos resultados vinculado ao atingimento de metas pré-estabelecidas.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17 Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos quando a proposta de remuneração é aprovada pela diretoria. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral. Os resultados obtidos pela Companhia são prioritariamente destinados à amortização dos prejuízos acumulados.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.



2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir todas dentro de seu período de competência de exercícios. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Receita de venda de produtos

A receita com venda de produtos (livros e outras publicações) é reconhecida contabilmente ao resultado do exercício quando da entrega do produto aos clientes.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor e considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, com base em estudos de viabilidade técnica que suportam o registro e a manutenção desses ativos.

(b) Contingências

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A Administração acredita que essas contingências estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.



4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco definida pela sua controladora, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

4.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da controladora da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. Na prática, a tesouraria corporativa pode vir a contratar instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia de riscos de taxa de juros e câmbio.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Riscos de taxa de câmbio

A Companhia possui fornecedores de papel contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esse passivo surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desse passivo.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o saldo de fornecedores indexados ao dólar norte-americano era de R\$ 3.165 (2011 – R\$ 1.104). Devido ao baixo valor em exposição, a Companhia não possui nenhuma operação para cobertura deste tipo de risco.

ii) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse tipo de risco em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. Contudo, há um monitoramento contínuo dessas taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual conveniência da contratação de instrumentos para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

**b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado de forma centralizada pela controladora da Companhia. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber de clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades classificadas com rating mínimo e equivalente a “brAAA” das agências Moody’s, Fitch Rating e Standard & Poor’s. As taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, com remuneração que varia entre 100,0% e 102,0% do CDI.

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e ao saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, que são mensurados pelo método do custo amortizado. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, acrescidos de coluna para reconciliar os valores àqueles registrados no balanço patrimonial da Companhia, que se utilizou das taxas atuais do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, ou seja, 6,94% a.a., para projetar o desconto.

	<u>Menos</u> <u>de 1 ano</u>	<u>Entre 1</u> <u>e 2 anos</u>	<u>Entre 2</u> <u>e 5 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Efeito do</u> <u>desconto</u>	<u>Valor</u> <u>contábil</u>
Em 31 dezembro de 2012						
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	9.486	10.167	13.857	33.510	(5.995)	27.515
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	36.661	8	-	36.669	-	36.669
Em 31 dezembro de 2011 (Não auditado)						
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	5.974	9.808	15.198	30.980	(6.882)	24.098
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	29.824	-	-	29.824	-	29.824



5. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir sua continuidade, oferecendo retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

A Companhia monitora a estrutura de capital por meio da utilização do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira calculado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 está assim sumarizado abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Total dos empréstimos (nota 15)	27.515	24.098
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	<u>(41.805)</u>	<u>(10.554)</u>
Dívida líquida	(14.290)	13.544
Total do patrimônio líquido	<u>102.934</u>	<u>83.983</u>
Total do capital empregado	<u>88.644</u>	<u>97.527</u>
Índice de alavancagem financeira - %	(16)	34

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, que incluem títulos e valores mobiliários, bem como duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui uma política que estabelece um monitoramento contínuo das taxas de câmbio, taxas de juros e preço de insumos, com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.



Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar impactos no resultado e patrimônio líquido da Companhia, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela administração em conjunto com consultores externos, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

	Em 31 de Dezembro de 2012				
	Saldo Contábil	Resultado/DRE	Cenário provável	Ganho (perda)	
				Cenário I	Cenário II
Certificados de depósitos bancários - CDBs	41.668	2.725	2.730	3.413	4.095
Total dos ativos em CDI	41.668	2.725	2.730	3.413	4.095
Empréstimos bancários (iv)	(10.701)	(1.089)	(1.091)	(1.364)	(1.637)
Dívida total em CDI	(10.701)	(1.089)	(1.091)	(1.364)	(1.637)
Exposição líquida em CDI	30.967	1.636	1.639	2.049	2.458
Taxa CDI - %	6,94%		6,96%	8,70%	10,4362%
Variação da taxa em relação à projeção			0,19% (i)	25,00% (ii)	50,00% (iii)

(i) Variação da taxa atual em relação ao cenário provável estimado.

(ii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 25%.

(iii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 50%.

(iv) Não considera o empréstimo BNDES-FINAME, atualizado pela TJLP, no montante de R\$ 16.814 para a qual as projeções indicam manutenção da taxa dos níveis atuais.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
		(Não auditado)
Caixa	78	12
Bancos conta movimento	59	427
Certificados de depósitos bancários - CDBs (i)	41.668	10.115
Total	41.805	10.554

- (i) Os CDBs são remunerados à taxa de 100,0% e 102,0% do CDI- Certificado de Depósito Interbancário, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento sem alteração significativa de valor.

**8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

a) Composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Comercialização de livros	72.261	59.184
Outras	903	1.134
	<u>73.164</u>	<u>60.318</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.186)</u>	<u>(1.178)</u>
Total contas a receber	<u>71.978</u>	<u>59.140</u>

O saldo de contas a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional e o seu valor de realização não se difere significativamente do valor justos desses ativos.

Do total do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2012, R\$ 35.601 (2011 - R\$ 40.466) referem-se a vendas ao Governo, substancialmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação - MEC.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

<u>Composição</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
A vencer:	71.123	58.402
Vencidas:	2.041	1.916
Até 30 dias	264	131
De 31 a 60 dias	18	14
De 61 a 90 dias	39	64
De 91 a 180 dias	220	191
De 181 a 360 dias	554	467
Há mais de 360 dias	946	1.049
	<u>73.164</u>	<u>60.318</u>

c) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Saldos em 1º de janeiro	1.178	1.127
Adições	1.039	777
Reversões e baixas	<u>(1.031)</u>	<u>(726)</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>1.186</u>	<u>1.178</u>

**9. ESTOQUES**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Produtos acabados	28.147	51.358
Produtos em elaboração	16.854	11.225
Matérias-primas	6.444	14.896
Importações em andamento	458	600
Outros	-	1.119
Provisões para obsolescência e para redução ao valor de mercado	<u>(6.623)</u>	<u>(21.305)</u>
	<u>45.280</u>	<u>57.893</u>

A movimentação das provisões para obsolescência ou realização de estoques são como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Saldos em 1º de janeiro	21.305	18.483
Adições/Reversões no período	1.335	2.822
Utilização de provisão por:		
- Destruição (i)	(14.393)	-
- Ajuste de inventário (ii)	<u>(1.624)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>6.623</u>	<u>21.305</u>

- (i) Em junho de 2012, a Companhia finalizou o processo de destruição de livros obsoletos e invendáveis, já provisionados, no montante de R\$ 14.393, sem impacto no resultado.
- (ii) Em junho de 2012, em conexão com o processo de aperfeiçoamento dos controles internos foi realizado um inventário físico de produtos acabados que apurou um ajuste de R\$ 10.243 nos estoques, dos quais R\$ 1.624 já estavam provisionados; desta forma foi reconhecido no resultado do exercício o valor de R\$ 8.619 na conta de custos dos produtos e serviços (vide nota 27). A Companhia já tomou as ações necessárias para garantir que este evento seja não recorrente e que os controles preventivos estejam adequados à operação.

**10. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	2012	2011
		(Não auditado)
COFINS	2.510	7.737
Imposto de renda e contribuição social antecipados	2.117	4.311
PIS	468	1.632
Imposto de renda e contribuição social crédito tributário	390	373
Imposto de renda sobre aplicação financeira	131	16
Outros	144	163
	5.760	14.232
Circulante	3.037	11.526
Não circulante	2.723	2.706

11. ADIANTAMENTOS E DESPESAS ANTECIPADAS

	2012	2011
		(Não auditado)
Adiantamentos a empregados	537	507
Adiantamentos a fornecedores	106	65
Adiantamentos de direitos autorais	681	287
Pagamentos antecipados	484	726
Outros	2	2
	1.810	1.587
Circulante	1.675	1.231
Não circulante	135	356



12. INTANGÍVEL

a) Movimentação

						2012
Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/11	Adições	Transferências	Amortização	Saldo líquido em 31/12/12	
	(Não auditado)					
Sistemas de computação	18%	4.187	180	995	(1.137)	4.225
Software em desenvolvimento	-	988	631	(876)	-	743
Outros	-	6	-	-	-	6
		5.181	811	119	(1.137)	4.974

						2011
Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/10	Adições	Transferências	Amortização	Saldo líquido em 31/12/11	
	(Não auditado)				(Não auditado)	
Sistemas de computação	18%	4.678	419	9	(919)	4.187
Software em desenvolvimento	-	517	454	17	-	988
Outros	-	6	-	-	-	6
		5.201	873	26	(919)	5.181

13. IMOBILIZADO

a) Movimentação

							2012
Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/11	Adições	Baixas Líquidas	Transferências	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/12	
	(Não auditado)						
Edifícios	10%	111	-	-	(8)	103	
Instalações	27%	94	-	362	(80)	376	
Máquinas e equipamentos industriais	37%	13	-	-	(3)	10	
Móveis e utensílios	21%	165	9	-	(28)	146	
Veículos	33,33%	2.123	110	(34)	(1.136)	1.097	
Equipamentos de de computação	66%	549	115	(33)	(246)	385	
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4% a 20%	516	4	-	(995)	1.190	
Imobilizações em andamento	-	1.476	46	(1.477)	-	45	
		5.047	284	(34)	(1.826)	3.352	



		2011				
	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/10	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/11
		(Não auditado)				(Não auditado)
Edifícios	10%	120	-	-	(9)	111
Instalações	27%	136	117	(109)	(50)	94
Máquinas e equipamentos industriais	37%	7	-	10	(4)	13
Móveis e utensílios	21%	148	39	3	(25)	165
Veículos	33,33%	2.449	681	-	(1.007)	2.123
Equipamentos de de computação	66%	344	430	(4)	(221)	549
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4% a 20%	686	19	(1)	(188)	516
Imobilizações em andamento	-	247	1.154	75	-	1.476
		4.137	2.440	(26)	(1.504)	5.047

A Administração não identificou qualquer indicativo de *impairment* em 2012. Dessa forma, não houve a necessidade de realizar cálculo de *impairment* para esses ativos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não possui ativos qualificáveis ou operações de créditos elegíveis à capitalização de juros no ativo imobilizado.

14. FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	2012	2011
		(Não auditado)
Fornecedores (i)	19.582	15.359
Salários e encargos sociais	10.678	9.200
Direitos autorais a pagar	6.143	5.004
Outras contas a pagar	266	261
	36.669	29.824

- (i) O saldo de fornecedores nacionais refere-se substancialmente à compra de matéria-prima (papel) e tem prazos médios de pagamentos de 180 dias (2011 –180 dias).



15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
			(Não auditado)	(Não auditado)
Empréstimos e financiamentos:				
Em moeda nacional:				
FINAME	4.954	11.860	4.967	8.383
Empréstimos bancários	3.753	6.948	326	10.422
	8.707	18.808	5.293	18.805

15.1. Os empréstimos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2012, têm seus vencimentos distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	R\$	% sobre total
2014	8.567	45,55%
2015	7.060	37,54%
2016	1.473	7,83%
2017	1.473	7,83%
2018	235	1,25%
	18.808	100%

15.2. Moeda nacional

Os empréstimos bancários em 31 de dezembro de 2012 estão assim representados:

FINAME

A Companhia dispõe de linhas de crédito junto ao BNDES (FINAME) para o desenvolvimento de suas atividades conforme segue abaixo:

- Linha de crédito no valor de R\$ 19.500, destinados ao incremento e financiamento da produção de livros didáticos com encargos que variam entre 3,25% e 4,80% a.a., além da TJLP. O principal dos empréstimos tem prazos de vencimento entre trinta e seis e quarenta e oito meses, com carência de seis meses a um ano para pagamento da primeira parcela, sendo que nesse período as amortizações dos juros serão trimestrais. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo dessa operação é de R\$ 8.548.

- Linha de crédito no valor de R\$ 10.088 destinados aos gastos com Plano Editorial e Impressão (serviços gráficos e aquisição de papel). com encargos que variam entre 2,75% e 3,25% a.a. + TJLP + 1% a.a. O principal dos empréstimos tem prazos de vencimentos entre 15/07/2015 e 15/01/2018, com carências entre 18 e 48 meses, sendo que neste período os juros são trimestrais e posteriormente mensais. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo dessa operação é de R\$ 8.266.



Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários se referem a cédulas de crédito bancário, amortizadas em 6 parcelas, com vencimentos semestrais nos meses de abril e outubro, iniciando-se em 03 de abril de 2013 e com vencimento final em outubro de 2015. Os encargos são CDI mais 2% ao ano, pagos semestralmente.

Este contrato de empréstimo contém cláusulas restritivas à observância de certos indicadores financeiros; aos pagamentos antecipados mediante a venda de ativos; bem como restrições a distribuição de dividendos e outras operações com partes relacionadas ou participação em outras Companhias. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia cumpriu com todos os requisitos vigentes.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	2012		2011	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
			(Não auditado)	(Não auditado)
REFIS e PAES	2.608	2.174	2.437	4.468
INSS	62	-	114	-
IRRF	60	-	740	-
Outros	37	-	86	-
	2.767	2.174	3.377	4.468

16.1 REFIS e PAES

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. A movimentação dos saldos desse programa pode ser assim sumarizada:

Saldo a pagar em 31/12/2010 (Não auditado)	7.567
Pagamentos de janeiro a dezembro de 2011	(1.390)
Juros de janeiro a dezembro de 2011	728
Saldo a pagar em 31/12/2011 (Não auditado)	6.905
Pagamentos de janeiro a dezembro de 2012	(2.537)
Juros de janeiro a dezembro de 2012	414
Saldo a pagar em 31/12/2012	4.782
Circulante	2.608
Não circulante	2.174



Como consequência da adesão ao REFIS IV, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. De acordo com a Lei 11.941/09, não foram dadas garantias para ingresso a esse programa.

O parcelamento foi efetuado em 60 meses, sendo que os pagamentos estão sendo efetuados nos prazos de vencimentos, em espécie, uma vez que não estão sendo efetuados pagamentos via utilização de prejuízos fiscais. A atualização está sendo realizada pela taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Administração aguarda a homologação dos débitos da Companhia para o ano de 2013.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a) Composição:

Processos	2012	2011
		(Não auditado)
Tributários	204	204
Trabalhistas	1.229	1.701
Cíveis	2	-
	1.435	1.905



b) Movimentação:

Descrição	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Contingências				
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (Não auditado)	204	3.433	-	3.637
Atualização monetária e juros	-	114	-	114
Constituição de provisão	-	753	56	809
Baixa de provisão	-	-	-	-
- Por pagamento	-	(1.633)	(54)	(1.687)
- Por reversão	-	(341)	-	(341)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	204	2.326	2	2.532
Depósitos Judiciais Redutores da Provisão				
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (Não auditado)	-	(1.732)	-	(1.732)
Resgate (Inclusão)	-	635	-	635
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(1.097)	-	(1.097)
	204	1.229	2	1.435

A provisão para contingências é calculada considerando o valor provável para liquidação na data das demonstrações financeiras e posteriormente atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente.

c) A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

Processos trabalhistas

Os pedidos mais frequentes referem-se a férias proporcionais, diferencial de salário, adicional noturno, horas extra, vínculo empregatício, encargos sociais, entre outros. Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

Processos cíveis

Não há nenhuma ação individual de valor relevante que necessite divulgação específica.

Processos tributários

Não há nenhuma ação individual de valor relevante que necessite divulgação específica.



17.1. Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

Processos	2012	2011
		(Não auditado)
Tributários	526	500
Trabalhistas	1.753	1.770
Cíveis	58	178
	2.337	2.448

17.2. Na opinião da Administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e, para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que não existem perspectivas de perdas. As contingências em discussão judicial, classificadas como possíveis de perdas e não provisionadas, são como seguem:

	2012	2011
		(Não auditado)
Tributários	17.888	12.532
Trabalhistas	3.779	5.900
Cíveis	1.274	2.116
	22.941	20.548



18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

18.1. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre exigibilidade suspensa e diferenças temporárias são como segue:

	31 de dezembro de 2012	(Debitado)/ creditado ao resultado	31 de dezembro de 2011
Imposto diferido ativo			(Não auditado)
Provisão para contingências	754	(307)	1.061
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	117	(390)	507
Provisão para participação nos lucros - PLR	349	349	-
Provisão para gratificação	164	164	-
Impostos com exigibilidade suspensa	106	-	106
Outras diferenças temporárias	640	260	380
	2.130	76	2.054
Imposto diferido passivo			
Diferenças temporárias	(29)	26	(55)
	(29)	26	(55)
		Dezembro	
		2012	2011
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses		2.130	(Não auditado) 2.054
		2.130	2.054
Passivo de imposto diferido a ser realizado depois de 12 meses		(29)	(55)
		(29)	(55)

A realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre exigibilidade suspensa e diferenças temporárias está relacionada ao período no qual a empresa estima auferir lucro tributável suficiente para utilização desses saldos, bem como a realização das correspondentes diferenças temporárias que originaram o ativo ou passivo fiscal diferido.

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

A Companhia é uma das patrocinadoras da entidade de previdência privada, denominada Abrilprev Sociedade de Previdência Privada (“Abrilprev”) a partir de dezembro de 2007, a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais. O plano é opcional a todos os empregados das patrocinadoras. A Abrilprev opera segundo plano de contribuição definida e o principal regime atuarial utilizado na determinação do nível de contribuição é o da capitalização. O custo do plano, cujo ônus é assumido pelos funcionários e pelas empresas patrocinadoras, é determinado anualmente em função de cálculo atuarial procedido por profissional habilitado e é expresso em percentual fixo a ser aplicado sobre a folha de pagamento das patrocinadoras. A concessão de complementação de aposentadoria está vinculada ao tempo de serviço prestado às patrocinadoras, tempo de contribuição à Previdência Social, a uma idade mínima definida e à interrupção do vínculo empregatício. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou contribuições à Abrilprev no montante de R\$ 419(2011 - R\$344). A contribuição pela patrocinadora atualmente é de 2,4849% (2,4209% em 2011) e o plano é opcional a todos os empregados das patrocinadoras.



O plano de previdência Abrilprev é de contribuição definida, portanto, nenhuma provisão para possíveis passivos atuariais é necessária. Assim que as contribuições são feitas, a Companhia não têm outras obrigações relativas a pagamento adicionais.

20. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social é de R\$ 45.926, totalmente subscrito e integralizado, representado por 4.592.554.300ações ordinárias sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

21. RESERVA

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Reserva de capital	698	698
Reservas de lucros		
Reserva legal	3.926	2.682
Reserva retenção de lucros	52.384	34.677
	<u>56.310</u>	<u>37.359</u>
	<u>57.008</u>	<u>38.057</u>

21.1. Reserva legal

A reserva legal será constituída ao final do exercício como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

21.2. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a serem deliberados na Assembléia Geral.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor das Reservas de lucros superavam o capital social em R\$ 11.083, sendo que a administração da Companhia propôs a destinação de dividendos adicionais que foram deliberados em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 20 de dezembro de 2013.

21.3. Dividendos propostos

O estatuto da Companhia prevê que os acionistas terão direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da quota destinada à constituição de reserva legal, a ser calculada no final de cada exercício social.



	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Resultado do exercício	24.854	27.721
Constituição de reserva legal	(1.243)	(1.386)
Saldo a distribuir	23.611	26.335
Juros sobre o capital próprio	-	(3.949)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (25%)	(5.903)	(5.597)
Dividendos adicionais propostos	(11.083)	-
Retenção de lucros	<u>6.625</u>	<u>16.790</u>

Conforme mencionado Nota 21.2 a administração da Companhia procedeu à destinação de dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 11.083. Os referidos montantes foram liquidados em 03 de dezembro de 2013.

22. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Vendas brutas de produtos e serviços	187.099	189.158
Impostos sobre vendas	(57)	(209)
Receita líquida	<u>187.042</u>	<u>188.949</u>

**23. DESPESAS POR NATUREZA**

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

	2012			
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	(57)	(1.480)	(1.426)	(2.963)
Despesas com pessoal	(488)	(15.532)	(11.255)	(27.275)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(63.940)	(780)	(104)	(64.824)
Amortização de investimento editorial	(9.502)	-	-	(9.502)
Serviços de terceiros	(653)	(4.861)	(7.220)	(12.734)
Frete	(2.785)	(135)	(8)	(2.928)
Manutenção e reparos	(9)	(1.135)	(352)	(1.496)
Direitos autorais	-	(14.423)	-	(14.423)
Comissões	-	(544)	-	(544)
Mídia	-	(47)	-	(47)
Eventos e seminários	-	(109)	-	(109)
Promoções	(9)	(1.195)	(126)	(1.330)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(8)	-	(8)
Aluguel	(34)	(4.886)	(1.519)	(6.439)
Outras Despesas/Receitas	(87)	(3.673)	(732)	(4.492)
	(77.564)	(48.808)	(22.742)	(149.114)

	2011 (Não auditado)			
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	(65)	(1.236)	(1.122)	(2.423)
Despesas com pessoal	(2.346)	(14.832)	(4.025)	(21.203)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(61.337)	(86)	(4)	(61.427)
Amortização de investimento editorial	(12.822)	-	-	(12.822)
Serviços de terceiros	(934)	(6.018)	(6.875)	(13.827)
Frete	(3.150)	(166)	(7)	(3.323)
Manutenção e reparos	(27)	(1.519)	(642)	(2.188)
Direitos autorais	-	(14.845)	-	(14.845)
Comissões	-	(964)	-	(964)
Mídia	-	(58)	-	(58)
Eventos e seminários	-	(230)	-	(230)
Promoções	(32)	(800)	(2)	(834)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(51)	-	(51)
Aluguel	(41)	(4.735)	(1.258)	(6.034)
Viagens e representações	-	(2.557)	(370)	(2.927)
Processos/contingências	-	(798)	(1.271)	(2.069)
Outras Despesas/Receitas	(190)	(1.532)	(618)	(2.340)
	(80.944)	(50.427)	(16.194)	(147.565)

O montante registrado de despesa com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.



O montante relativo a custos dos produtos e dos serviços vendidos foram aqui apresentados nas rubricas de matéria-prima, materiais de uso e consumo, vendas diretas, serviços de terceiros, fretes e outras despesas.

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Aluguéis	18	30
Multas fiscais e contratuais	361	(2)
Ressarcimento de seguros	-	1.372
Receitas eventuais	-	288
Outros	41	312
Total das receitas	<u>420</u>	<u>2.000</u>
Doações	(251)	-
Multas fiscais e contratuais	-	(2)
Perda na venda de imobilizado	(34)	-
Outros	(372)	-
Total das despesas	<u>(657)</u>	<u>(2)</u>
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	<u>(237)</u>	<u>1.998</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas:		(Não auditado)
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	2.725	2.449
Descontos obtidos	-	110
Juros ativos (i)	393	939
	<u>3.118</u>	<u>3.498</u>
Despesas:		
Empréstimos e financiamentos	(2.556)	(4.950)
Mútuos	(3)	(185)
Impostos	(13)	(344)
Encargos sobre parcelamentos tributários	(426)	(870)
Descontos concedidos	(15)	(5)
Juros de outros passivos	(234)	(882)
Comissões e tarifas bancárias	(76)	(66)
	<u>(3.323)</u>	<u>(7.302)</u>
Variações cambiais:		
Ganhos cambiais	42	-
Perdas cambiais	(141)	(352)
	<u>(99)</u>	<u>(352)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(304)</u>	<u>(4.156)</u>

(i) Refere-se principalmente, a juros pagos por clientes pelo atraso no pagamento de faturas.

**26. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

26.1. Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos constituídos sobre diferenças temporárias, nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 compõem-se de:

	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Não auditado)
Imposto de renda e contribuição social constituídos no exercício	(12.635)	(10.115)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	102	(1.390)
	<u>(12.533)</u>	<u>(11.505)</u>

26.2. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>37.387</u>	<u>39.226</u>
Alíquotas oficiais de imposto	34,00%	34,00%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(12.712)	(13.337)
Diferenças temporárias, sem constituição do imposto de renda diferido	-	446
Diferenças permanentes	(190)	(164)
I.R./C.S. não constituídos s/prejuízos fiscais (diferido)	(81)	-
Benefícios fiscais	450	182
Juros sobre o capital próprio	-	1.342
Outros	-	26
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(12.533)</u>	<u>(11.505)</u>

**27. CAIXA GERADO PELAS (APLICADOS NAS) OPERAÇÕES**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	24.854	(Não auditado) 27.721
Ajustes de:		
Depreciações e amortizações	2.963	2.423
Baixas líquidas de imobilizado	34	-
Provisão para contingências	582	1.893
Imposto de renda diferido	(102)	1.390
Ajuste de inventário	8.619	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	51
Juros e variação cambial, líquida	2.966	5.314
Variação no capital circulante		
Contas a receber de clientes	(12.846)	9.318
Estoques	3.994	(2.756)
Impostos a recuperar	8.472	1.866
Adiantamentos e despesas antecipadas	(223)	256
Depósitos judiciais	111	(1.341)
Fornecedores e demais contas a pagar	6.845	3.918
Impostos e contribuições a pagar	(781)	(134)
Provisão para contingências	(1.052)	(4.172)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(535)	2.873
	<u>43.909</u>	<u>48.620</u>



28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

28.1. Transações e saldos:

As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, estão sumariados a seguir:

Partes relacionadas	Circulante			2012	
	Contas a receber	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Vendas (custos/despesas), líquidas	Receitas (despesas) financeiras
Abril Comunicação S.A. (i)	174	4.256	-	(11.606)	-
Abril Educação S.A.	-	-	5.903	-	(3)
Abril Radiodifusão S.A.	-	36	-	-	-
Associação Abril Benefícios	-	-	-	(31)	-
Derivo Consultoria e Serv de Comunicação S.A.	-	-	-	(68)	-
Dinap S/A - Distribuidora Nacional de Publicações	-	-	-	(2)	-
Editora Caras S.A.	-	-	-	(1)	-
Fundação Victor Civita	-	-	-	(17)	-
Iba Comercial e Distribuição S.A	-	-	-	2	-
Sistema de Ensino Abril Educação S.A	-	-	-	32	-
Treelog S.A. Logística e Distribuição	-	21	-	(301)	-
	174	4.313	5.903	(11.992)	(3)

(i) Antiga Editora Abril S.A.

Partes relacionadas	Circulante				2011 (Não auditado)		
	Contas a receber	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Juros s/ capital próprio	Não circulante Empréstimos e outros créditos obtidos	Vendas (custos/despesas) líquidas	Receitas (despesas) financeiras
Abril Educação S.A.	-	-	5.597	3.356	938	-	(185)
Derivo consultoria e serv de comunicação S.A.	-	5	-	-	-	-	-
Editora Abril S.A.	176	500	-	-	-	-	-
Editora Ática S.A.	-	-	-	-	-	24	-
Gráfica e Editora Anglo Ltda	-	-	-	-	-	(56)	-
Treelog S.A. Logística e Distribuição	-	14	-	-	-	-	-
Sistema PH de Ensino Ltda.	-	72	-	-	-	-	-
	176	591	5.597	3.356	938	(32)	(185)

As transações com partes relacionadas foram efetuadas por valores e prazos usuais de mercado.



28.2. Remuneração do pessoal chave da Administração:

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e encargos	947	241
Participação nos lucros	276	87
	<u>1.223</u>	<u>328</u>

29. SEGUROS

A política da controladora indireta Abrilpar Participações S.A., da qual a Companhia é parte integrante, é a de manter cobertura de seguros por meio de apólice coletiva em montante considerado satisfatório pela Administração em face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, alagamentos, quebras de máquinas, bens e mercadorias próprias e de terceiros, acidentes de trabalho e danos ambientais.

30. PLANO DE SAÚDE ABRIL

A Companhia participa do Plano de Saúde Abril, o qual foi criado para garantir a assistência médica e hospitalar aos funcionários e dependentes das empresas Abril. Assim, as empresas e funcionários possuem a responsabilidade pela contribuição mensal à Associação Abril de Benefícios, empresa gestora do plano. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 1.445(R\$1.293 em 2011).

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1 Emissão de Debêntures

Em 30 de setembro de 2013, foi realizada a Primeira Emissão de Debêntures da Editora Scipione S.A., em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 60.000 (sessenta milhões) e 60 quantidades, com o valor unitário de R\$ 1.000 (um milhão), com liquidação financeira em 01 de outubro de 2013. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados a gestão ordinária de suas atividades operacionais, e também para o financiamento de aquisições de sua controladora Abril Educação S.A.. As debêntures têm prazo de vigência de 5 anos e vencerão em 30 de setembro 2018. A amortização do principal será realizada em 3 parcelas anuais a partir de 30 de outubro de 2016, com remuneração de CDI + 1,50% ao ano, pagos semestralmente a partir de 30 de março de 2014.



31.2 Pagamento de dividendos adicionais propostos

Os dividendos adicionais propostos mencionado na nota 21.2 – Reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 11.083, foram liquidados em 03 de dezembro de 2013.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselheiros:

**GIANCARLOS FRANCESCO CIVITA
MANOEL LUIZ FERRÃO DE AMORIM
ROBERTO CIVITA
DOUGLAS DURAN**

DIRETORIA

Diretores:

**MARCELLO DA SILVA TAFNER
VERA LÚCIA BALHESTERO
ANA TERESA RALSTON FERRAZ DO AMARAL
CARLOS ROBERTO TOLEDO
EMANUEL ADRIANO DE SOUZA**

ÉRICO DE MELLO PRADO

Contador CRC – 1SP 256.729/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Editora Scipione S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Editora Scipione S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Editora Scipione S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de dezembro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Ricardo de Quadros Cioffi
Contador CRC 1SP213113/O-0